



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Presidência da Seção de Direito Público
Câmara Especial de Presidentes

Registro: 2025.0000368643

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno Cível nº 3008122-14.2024.8.26.0000/50000, da Comarca de São Paulo, sendo Agravante(s) Estado de São Paulo e Agravado(s) Paulo Sergio Canalli

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Câmara Especial de Presidentes do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FERNANDO TORRES GARCIA (PRESIDENTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA) (Presidente), HERALDO DE OLIVEIRA (PRES. SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO), CAMARGO ARANHA FILHO (PRES. SEÇÃO DE DIREITO CRIMINAL) E BERETTA DA SILVEIRA (VICE PRESIDENTE).

São Paulo, 14 de abril de 2025.

TORRES DE CARVALHO
Presidente da Seção de Direito Público
Relator.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Presidência da Seção de Direito Público
Câmara Especial de Presidentes

CÂMARA ESPECIAL DE PRESIDENTES

VOTO Nº AR-4520-CP

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL N.º

3008122-14.2024.8.26.0000/50000 — SÃO PAULO

AGRAVANTE: ESTADO DE SÃO PAULO

AGRAVADO: PAULO SERGIO CANALLI

AGRAVO INTERNO - Decisão monocrática que nega seguimento ao recurso especial.

– A atribuição do encargo de antecipar os honorários periciais ao réu na hipótese em que o autor seja beneficiário da gratuidade da justiça é matéria idêntica à tratada no rito dos recursos repetitivos - Resp. nº 1.274.466/SC – TEMA 871/STJ.
Nega-se provimento ao recurso.

Trata-se de agravo interno interposto com fundamento no artigo 1.021 do Código de Processo Civil (fls. 1 / 5 - 50000) contra decisão que em cumprimento ao artigo 1.030, inciso I, alínea 'b', do Código de Processo Civil, negou seguimento ao recurso especial pela identidade da matéria decidida no acórdão, à luz da orientação firmada no rito dos recursos repetitivos nos autos do REsp. Nº 1.274.466/SC.

Alegou o agravante, em síntese, ser inaplicável a tese fixada no Tema 871/STJ, pois a matéria debatida nos autos discorreu sobre a liquidação por cálculos, questão distinta do paradigma aplicado que abordou acerca da liquidação por artigos ou por arbitramento. Arguiu ainda que o caso concreto se amolda à tese fixada no Tema 671/STJ, devendo o ônus do pagamento da perícia ser imputado ao agravado, em razão de a liquidação envolver mera apuração de valores aritméticos.

É o relatório.

O recurso não merece provimento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Presidência da Seção de Direito Público
Câmara Especial de Presidentes

Com efeito, com o permissivo do artigo 1.030, inciso I, alínea “b” do Código de Processo Civil, a decisão agravada considerou que a decisão da Turma Julgadora converge com o decidido no REsp nº 1.274.466/SC (Tema 871/STJ), do Col. Superior Tribunal de Justiça, quando se fixou a seguinte tese: ***Na fase autônoma de liquidação de sentença (por arbitramento ou por artigos), incumbe ao devedor a antecipação dos honorários periciais.*** (Grifamos).

Não se avista desacerto na decisão ora agravada quanto ao REsp. n. 1.274.466/SC, sob a técnica de casos seriais, haja vista a questão abordada referente à atribuição do encargo de antecipar os honorários periciais ao réu, na hipótese em que o autor seja beneficiário da gratuidade da justiça.

Note-se que, no julgamento do recurso paradigma, o Eg. Superior Tribunal de Justiça debruçou-se sobre a peculiaridade atinente à Fazenda Pública enquanto parte da ação, concluindo, de todo modo, pela aplicabilidade do Tema 871:

(...)

Uma última questão a ser analisada é a aplicação das teses acima às demandas em que a Fazenda Pública é parte. **Nos termos da Súmula 232/STJ, a Fazenda Pública não está dispensada da obrigação de antecipar os honorários periciais.** A propósito, transcreve-se o teor da súmula: Súmula 232/STJ - A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito. Assim, não há necessidade de se estabelecer uma exceção para a Fazenda Pública, sendo certo, porém, que, caso a Fazenda não venha a antecipar os honorários, não será possível presumir como corretos os valores apontados pela parte autora, em razão da indisponibilidade do interesse público". (Grifamos).

A propósito, veja-se trecho do v. Acórdão da Col. Turma Julgadora que demonstra a subsunção da matéria em análise ao tema



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Presidência da Seção de Direito Público
Câmara Especial de Presidentes

indicado pelo E. STJ, *verbis*:

O E. Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, já sedimentou a questão quando do julgamento do Tema nº 871, assentando competir à parte devedora, sucumbente na fase de conhecimento, adiantar as despesas referentes aos honorários periciais.

Ressalte-se, por oportuno, que apesar de o Tema nº 871 do A. STJ mencionar expressamente “*fase autônoma de liquidação*”, isto não elide a interpretação do aludido entendimento aos demais casos em que se verifique a necessidade da atuação de um expert, em sede de liquidação, execução ou cumprimento de sentença para definir o montante devido, justamente, porque a finalidade pretendida sempre será a mesma e assim também o destinatário (o devedor/executado).

Assim, a parte ora agravante (executada) quem deverá promover o recolhimento antecipado dos honorários periciais, nos termos da Súmula nº 232 do A STJ: “*A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito*”.

Portanto, incorre a incumbência do ônus pelo adiantamento da verba pericial exclusivamente à Fazenda Pública Estadual executada. (Fls. 23)

Ademais, a tese firmada no Tema 671 não confronta com o decidido no Tema 871.

Assim, não há como se proceder à modificação do decidido, pois está em perfeita harmonia com o paradigma julgado pela Corte



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Presidência da Seção de Direito Público
Câmara Especial de Presidentes

Superior.

Por derradeiro, sem avistar intuito protelatório no manejo do presente recurso, deixa-se de infligir ao agravante a multa prevista no artigo 1.021, § 4º do Código de Processo Civil.

Em face de tais razões, **nega-se provimento** ao agravo interno.

TORRES DE CARVALHO
Relator
Presidente da Seção de Direito Público
(Assinatura eletrônica)